

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.378 - DF (2019/0338518-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E  
SUCESSÕES DO RECANTO DAS EMAS - DF  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 45ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP  
**INTERES.** : OMNI BANCO S.A.  
**ADVOGADO** : GIOVANNA MORILLO VIGIL - MG091567  
**INTERES.** : JOSE ARMANDO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência em que é suscitante o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO RECANTO DAS EMAS - DF, tendo como suscitado o JUÍZO DE DIREITO DA 45ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP.

Na origem, OMNI BANCO S.A. ajuizou ação de cobrança contra JOSE ARMANDO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR junto ao JUÍZO DE DIREITO DA 45ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP, em virtude da existência de cláusula de eleição de foro.

O Juízo suscitado, apoiado nos artigos 6º, inciso VIII, e 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor declinou da competência sob o fundamento de que

*"Nem mesmo eventual foro especial ou de eleição afasta a competência do foro do domicílio do consumidor, ante a desigualdade dos contratantes, não podendo prevalecer o interesse de uma das partes, a mais forte, econômica e financeiramente, sobre a outra, em posição de evidente inferioridade, como sucede na hipótese. A assimetria obsta a prevalência de qualquer outro foro, ainda mais em vista dos valores privilegiados no Código de Defesa do Consumidor, cujas normas, dirigidas à sua tutela e defesa, são de ordem pública e interesse social.*

*O território onde está domiciliado o consumidor, por ser o que lhe propicia o mais apto instrumental de defesa, assegurando-lhe o justo processo, é aquele em que deve ser acionado, nas ações que versem esse tipo de relação.*

*Partilho do entendimento de que, processualmente, é absoluta a competência do juízo desse território, porque esse o foro vinculado a possibilitar a defesa adequada ao consumidor" (fl. 19 e-STJ).*

Por sua vez, o Juízo suscitante entende que

*"Impõe-se (...) a incidência do princípio da perpetuatio jurisdictionis nesta ação, até porque não poderia o Magistrado declinar de ofício, como é de conhecimento o estabelecido na Súmula 33 do STJ ('A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício'), como ocorreu*

*no presente feito" (fl. 6 e-STJ).*

É o relatório.

**DECIDO.**

O conflito encontra-se configurado e deve ser dirimido.

Registre-se, preliminarmente, que o presente incidente se apresenta pronto para julgamento, haja vista que são dispensáveis maiores esclarecimentos pelos juízos conflitantes e que a hipótese dos autos não se enquadra em nenhuma daquelas previstas no artigo 178 do Código de Processo Civil de 2015, dispensando-se também o parecer do Ministério Público Federal, a teor do que dispõe o parágrafo único do artigo 951 do CPC/2015.

A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o princípio da "facilitação da defesa", instituído pelo artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, confere competência de natureza absoluta ao juízo em que reside o consumidor, podendo ser declarada de ofício, não incidindo a orientação contida na Súmula nº 33/STJ.

A propósito:

*"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FUNCEF. ECONOMIÁRIAS APOSENTADAS. RELAÇÃO DE CONSUMO. AJUIZAMENTO DA AÇÃO, SEM JUSTIFICATIVA, EM COMARCA QUE NÃO É DOMICÍLIO DA RÉ, FORO CONTRATUAL, LOCAL DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO OU DOMICÍLIO DAS AUTORAS. IMPOSSIBILIDADE.*

- 1. Verificada a presença de contradição no julgamento, possível conferir efeitos infringentes aos embargos de declaração a fim de extirpar o vício.*
- 2. Segundo entendimento desta Corte, nas ações propostas contra o consumidor, a competência pode ser declinada de ofício para o seu domicílio, em face do disposto no art. 101, inciso I, do CDC e no parágrafo único, do art. 112, do CPC.*
- 3. Se a autoria do feito pertence ao consumidor, contudo, permite-se-lhe a escolha do foro de eleição contratual, considerando que a norma protetiva, concebida em seu benefício, não o obriga, quando optar por demandar fora do seu domicílio.*
- 4. Não se admite, todavia, sem justificativa plausível, a escolha aleatória de foro que não seja nem o do domicílio do consumidor, nem o do réu, nem o de eleição e nem o do local de cumprimento da obrigação.*
- 5. Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos para conhecer do conflito, declarando competente a Justiça do Estado da Paraíba, anulada a sentença proferida pelo Juízo de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre, RS."*

(EDcl no AgRg nos EDcl no CC 116.009/PB, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Segunda Seção, julgado em 8/2/2012, DJe 20/4/2012)

*"CONTRATO BANCÁRIO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CLÁUSULAS. DISCUSSÃO. COMPETÊNCIA. FORO. ESCOLHA. ADVOGADO. IMPOSSIBILIDADE.*

*1 - Segundo entendimento desta Corte, tratando-se de relação de consumo, a competência é absoluta, podendo ser declinada de ofício. Afastamento da súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça.*

*2 - O intento protetivo da lei, no sentido de possibilitar a escolha do foro, do domicílio do autor ou do réu, dirige-se ao consumidor, propriamente dito, aquela pessoa física ou jurídica destinatária final do bem ou serviço. Impossibilidade de o advogado ajuizar a ação em foro diverso, que não é nem o da autora (consumidora) e nem o do réu (Banco), usando, ao que tudo indica, conforme as instâncias de origem, endereço fictício.*

*3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Aracruz - SC, suscitante."*

(CC 106.990/SC, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/11/2009, DJe 23/11/2009)

*"PROCESSO CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO PELO JUÍZO DEPRECADO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMPETÊNCIA DO DOMICÍLIO DO RÉU. LIMITAÇÕES A ATUAÇÃO DE OFÍCIO DO JUIZ. IMPOSSIBILIDADE DE SE INVESTIGAR QUAL O VERDADEIRO E ATUAL DOMICÍLIO DO RÉU PARA SE INFIRMAR OS FATOS INDICADOS NA INICIAL.*

*- A competência do juízo em que reside o consumidor é absoluta, devendo ser declarada de ofício pelo juízo.*

*(...)*

*Conflito de Competência conhecido, para o fim de se estabelecer a competência do Juízo de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ora suscitado, para o julgamento da causa, devendo o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, determinar as providências necessárias para o cumprimento da carta precatória em questão."*

(CC 82.493/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/8/2007, DJ 16/8/2007)

Esclareça-se que, conforme se pode concluir da leitura dos precedentes transcritos, somente se vislumbra a possibilidade de incidência da Súmula nº 33/STJ nos casos em que a ação é proposta pelo consumidor, o qual pode abrir mão da norma protetiva do artigo 6º, inciso VIII, do CDC se mais conveniente para a sua defesa. Nesses casos, o consumidor, ao ajuizar a ação, pode optar pelo foro de seu domicílio, do de domicílio do réu, do de eleição ou do local do cumprimento da obrigação ou, ainda, outro distinto, se devidamente justificado.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO

# *Superior Tribunal de Justiça*

RECANTO DAS EMAS - DF - ora suscitante.

Oficiem-se.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator